

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado	7
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	8
---	---

Notas Explicativas	9
--------------------	---

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	19
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	20
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	21
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	792
Preferenciais	1.572
Total	2.364
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/12/2012
1	Ativo Total	158.632	152.148
1.01	Ativo Circulante	150.295	143.110
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	20	24
1.01.02	Aplicações Financeiras	143.397	135.525
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	143.397	135.525
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	143.397	135.525
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.894	5.709
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.894	5.709
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	4.859	5.671
1.01.06.01.02	Outros	35	38
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.984	1.852
1.01.08.03	Outros	1.984	1.852
1.01.08.03.01	Outros Ativos Financeiros	1.732	1.650
1.01.08.03.02	Outros Ativos	252	202
1.02	Ativo Não Circulante	8.337	9.038
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	8.337	9.038
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	5.162	5.177
1.02.01.01.03	Aplicações no Mercado Aberto	5.162	5.177
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	716
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	716
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.175	3.145
1.02.01.09.03	Outros Ativos Financeiros	3.175	3.145

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/12/2012
2	Passivo Total	158.632	152.148
2.01	Passivo Circulante	45	119
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	45	119
2.01.01.01	Obrigações Sociais	45	119
2.02	Passivo Não Circulante	3.247	2.235
2.02.03	Tributos Diferidos	1.010	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.010	0
2.02.04	Provisões	2.237	2.235
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.237	2.235
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.237	2.235
2.03	Patrimônio Líquido	155.340	149.794
2.03.01	Capital Social Realizado	79.000	74.000
2.03.02	Reservas de Capital	182	182
2.03.04	Reservas de Lucros	76.158	75.612
2.03.04.01	Reserva Legal	10.392	10.115
2.03.04.02	Reserva Estatutária	65.766	65.497

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-80	-396	-94	-427
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-75	-369	-92	-405
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5	-27	-2	-22
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-80	-396	-94	-427
3.06	Resultado Financeiro	3.283	8.701	2.963	9.765
3.06.01	Receitas Financeiras	3.283	8.701	2.963	9.765
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.203	8.305	2.869	9.338
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.082	-2.759	-969	-3.207
3.08.01	Corrente	629	-1.033	-957	-3.180
3.08.02	Diferido	-1.711	-1.726	-12	-27
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.121	5.546	1.900	6.131
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.121	5.546	1.900	6.131
3.99.01.01	ON	0,89724	2,34609	0,80375	2,59356
3.99.01.02	PN	0,89724	2,34609	0,80375	2,59356

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	2.121	5.546	1.900	6.131
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.121	5.546	1.900	6.131

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	70	10
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	7.272	6.158
6.01.01.01	Lucro Líquido	5.546	6.131
6.01.01.02	Tributos Diferidos	1.726	27
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-7.202	-6.148
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Aplicações no Mercado Aberto	15	54
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Títulos para Negociação	-7.872	-8.930
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Títulos Disponíveis para Venda	0	25
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Tributos a Recuperar	815	2.815
6.01.02.05	(Aumento) Redução em Outros Ativos Financeiros	-112	-99
6.01.02.06	(Aumento) Redução em Outros Ativos	-50	-21
6.01.02.07	(Redução) Aumento em Obrigações Fiscais	0	-5
6.01.02.08	(Redução) Aumento em Provisões	2	13
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-74	-2
6.03.01	Dividendos Pagos	-74	-2
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4	8
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	24	13
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	20	21

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	8.698	9.759
7.01.02	Outras Receitas	8.698	9.759
7.01.02.01	Receitas Financeiras	8.701	9.765
7.01.02.02	Outras Despesas Operacionais	-3	-6
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-369	-405
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-369	-405
7.03	Valor Adicionado Bruto	8.329	9.354
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	8.329	9.354
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.329	9.354
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.329	9.354
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.783	3.223
7.08.02.01	Federais	2.783	3.223
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.546	6.131
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.546	6.131

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

INVESTIMENTOS BEMGE S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da Investimentos Bemge S.A. (INVESTIMENTOS BEMGE) relativas ao período de 01/01 a 30/09 de 2013, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As Demonstrações Contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

RESULTADO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ATIVOS

A Investimentos Bemge S.A. apresentou ao final do período lucro líquido de R\$ 5.546 mil e Patrimônio Líquido de R\$ 155.340 mil. O lucro líquido por ação foi de R\$ 2,35, enquanto o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 65,71. Os ativos totais atingiram R\$ 158.632 mil e estão compostos substancialmente por Aplicações no Mercado Aberto, Títulos para Negociação e Impostos a Compensar.

Auditoria independente - Instrução CVM nº 381

Procedimentos Adotados pela Sociedade

A política de atuação da INVESTIMENTOS BEMGE e da controladora, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a setembro de 2013, não foram prestados diretamente a INVESTIMENTOS BEMGE serviços não relacionados à auditoria externa pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas. Neste mesmo período não foram prestados às empresas do conglomerado ao qual pertence a INVESTIMENTOS BEMGE, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na instrução CVM nº 381/03, relacionamos os outros serviços prestados, a natureza e a data de contratação:

- 07 de janeiro, 20 de março, 31 de julho e 28 de agosto - aquisição de materiais técnicos.
- 28 de fevereiro – revisão dos aspectos relacionados ao programa de continuidade de negócios.

Justificativa dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados ao Itaú Unibanco e suas controladas. A política de atuação com o Itaú Unibanco na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços, incluindo a sua aprovação pelo Comitê de Auditoria.

São Paulo, 12 de novembro de 2013.

A Administração

Notas Explicativas

INVESTIMENTOS BEMGE S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Período de 01/01 a 30/09 de 2013
(Em Milhares de Reais)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Investimentos Bemge S.A. – (INVESTIMENTOS BEMGE) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras. Está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Conceição – 7º andar - Parque Jabaquara, na cidade de São Paulo, Brasil.

A INVESTIMENTOS BEMGE tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participar, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco, mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da respectiva posição no mercado de capitais, e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 12 de novembro de 2013.

NOTA 2 – POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão descritas abaixo.

2.1 BASES DE PREPARAÇÃO

Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A preparação das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da INVESTIMENTOS BEMGE no processo da aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade estão divulgadas na Nota 2.2.

2.2 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utiliza premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão de acordo com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua, e consideram a experiência passada e outros fatores.

As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos estão descritas abaixo:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos - Conforme explicado na Nota 2.3e, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a INVESTIMENTOS BEMGE irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário da INVESTIMENTOS BEMGE é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos.

b) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros - A INVESTIMENTOS BEMGE classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos *inputs* usados no

Notas Explicativas

processo de mensuração. Há três grandes níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 11.

A INVESTIMENTOS BEMGE acredita que as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados Instrumentos Financeiros também são descritas em detalhes na Nota 11.

- c) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes** – Conforme detalhado na Nota 2.3f, a INVESTIMENTOS BEMGE revisa periodicamente suas provisões e contingências, as quais são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

2.3 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

- a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação** - As Demonstrações Contábeis da INVESTIMENTOS BEMGE estão apresentadas em Reais, que é a sua moeda funcional e de apresentação.
- b) Caixa e Equivalentes de Caixa** - A INVESTIMENTOS BEMGE define como caixa e equivalentes de caixa, as disponibilidades que compreendem o caixa e contas correntes em bancos (considerados na rubrica de Disponibilidades) e Aplicações no Mercado Aberto (Operações Compromissadas) com prazo original igual ou inferior a 90 dias, que apresentem risco insignificante de mudança de valor, conforme detalhado na Nota 3.
- c) Aplicações no Mercado Aberto (Operações Compromissadas)** - A INVESTIMENTOS BEMGE possui operações de compra com compromisso de revenda (compromisso de revenda) de ativos financeiros.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda são registrados inicialmente no Balanço Patrimonial pelos seus valores adiantados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros auferidos dessas operações são lançados em Receitas Financeiras na Demonstração do Resultado.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em nossos compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de nossos compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse do compromisso de revenda é temporariamente transferida ao comprador.

- d) Ativos e Passivos Financeiros** - De acordo com o CPC 38 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

A INVESTIMENTOS BEMGE não possui Passivos Financeiros e classifica seus Ativos Financeiros nas seguintes categorias:

- I. Ativos Financeiros Mantidos para Negociação; e
- II. Empréstimos e Recebíveis.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando a INVESTIMENTOS BEMGE transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos do CPC 38. Portanto, se os riscos e benefícios não foram substancialmente transferidos, a INVESTIMENTOS

Notas Explicativas

BEMGE deve avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa.

I. Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

São os ativos adquiridos e incorridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo.

Os ativos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo e as receitas de juros e rendimentos dessas operações são incluídos diretamente na Demonstração do Resultado na rubrica Receitas Financeiras.

II. Empréstimos e Recebíveis

A INVESTIMENTOS BEMGE classifica como Empréstimos e Recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponibilidades (Caixa e Equivalentes de Caixa), Aplicações no Mercado Aberto e Outros Ativos Financeiros.

A INVESTIMENTOS BEMGE apresenta os Outros Ativos Financeiros inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração do Resultado na rubrica Receitas Financeiras.

e) Imposto de Renda e Contribuição Social - Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável e são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Obrigações Fiscais e Tributos Correntes a Recuperar, respectivamente.

O componente diferido, representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como um ativo. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Tributos Correntes a Recuperar.

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração do Resultado na rubrica de Outras Despesas Operacionais.

Os tributos são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram, para efeito de cálculo das respectivas bases, conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social	9,00%

f) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes - São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com o CPC 25, provisões, ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

- **Provisões** – Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas provisões, coerentes com

Notas Explicativas

práticas adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança;

- **Ativos Contingentes** - Não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- **Passivos Contingentes** – Passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

A INVESTIMENTOS BEMGE, com base na opinião de seus assessores legais, não está envolvida em processos administrativos ou judiciais, que possam afetar significativamente os resultados de suas operações.

- g) Lucro por Ação** - O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da INVESTIMENTOS BEMGE pelo número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. Como não há fatores de diluição, o lucro básico e o lucro diluído são o mesmo.

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2013	31/12/2012
Disponibilidades	20	24
Total	20	24

Em 30/09/2013 e 31/12/2012 não existiam equivalentes de caixa.

NOTA 4 – APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

A carteira é composta por Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada no montante de R\$ 5.162 (R\$ 5.177 em 31/12/2012) com vencimento acima de 365 dias.

NOTA 5 – ATIVOS FINANCEIROS

- a) Mantidos para Negociação** - A carteira é composta por Cotas de Fundos Exclusivos de Curto Prazo que totalizam R\$ 143.397 (R\$ 135.525 em 31/12/2012).
- b) Análise de Sensibilidade** - No Itaú Unibanco Holding S.A., os fatores de risco são controlados e geridos de forma consolidada. Desta forma, os instrumentos financeiros da INVESTIMENTOS BEMGE, subsidiária integral do Itaú Unibanco Holding S.A., são parte integrante da Carteira Trading e Banking do conglomerado econômico-financeiro, conforme definido pela Resolução nº 3.464/07 e na Circular nº 3.354/07 do BACEN e no Novo Acordo de Capitais – Basileia II. Por esta razão, não é apresentada uma análise de sensibilidade das posições individuais desta instituição.

Notas Explicativas

NOTA 6 – DETALHAMENTO DE CONTAS

a) Outros Ativos Financeiros

	30/09/2013	31/12/2012
Devedores por Depósitos em Garantia	4.865	4.795
De Obrigações Legais - Provisões Fiscais	3.910	3.869
De Passivos Contingentes - Recursos Fiscais	955	926
Outros	42	-
Total	4.907	4.795

b) **Obrigações Sociais** - Totalizam R\$ 45 (R\$ 119 em 31/12/2012) e estão compostas por dividendos a pagar.

c) **Despesas Gerais e Administrativas** - Totalizam R\$ (369) (R\$ (405) de 01/01 a 30/09/2012) e estão compostas, principalmente, por Serviços de Terceiros R\$ (206) (R\$ (292) de 01/01 a 30/09/2012), Propaganda, Promoções e Publicidade R\$ (89) (R\$ (78) de 01/01 a 30/09/2012) e Contribuição Sindical R\$ (35) (R\$ (32) de 01/01 a 30/09/2012).

NOTA 7 - PROVISÕES

Provisões Fiscais

	30/09/2013	31/12/2012
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias ^(*)	2.221	2.220
Outras	16	15
Total	2.237	2.235

(*) Representadas pela tese: EC 10/96 (1º sem/96): Aplicação do princípio da anterioridade.

NOTA 8 – TRIBUTOS

a) Demonstramos a seguir o Imposto de Renda e Contribuição Social devidos sobre as operações do período:

	01/01 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2012
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	8.305	9.338
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes (Nota 2.3e)	(2.824)	(3.175)
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social Decorrentes de:		
Outras Despesas Inedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	65	(32)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.759)	(3.207)

b) **Tributos Diferidos** – Relativos à Provisão para Passivos Contingentes Fiscais, estavam representados por Créditos Tributários Ativo no montante de R\$ 716 em 31/12/2012 e, em 30/09/2013, representam R\$ 1.010 referente a Tributos Diferidos Passivo.

NOTA 9 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital Social** - Está representado por 2.363.936 ações escriturais sem valor nominal, sendo 792.124 ações ordinárias e 1.571.812 preferenciais.

Em AGO/E de 29/04/2013, foi deliberado aumento de capital mediante capitalização de reservas de lucros no montante de R\$ 5.000.

b) **Dividendos** - Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. Os valores de dividendo mínimo são contabilizados como passivo no final de cada

Notas Explicativas

exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis como uma redução do Patrimônio Líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração do Resultado.

c) Reservas

	30/09/2013	31/12/2012
Reservas de Capital	182	182
Reservas de Lucros	76.158	75.612
Legal	10.392	10.115
Estatutária ^(*)	65.766	65.497

(*) Tem a finalidade de formar recursos para: (i) absorver eventuais prejuízos de exercícios subsequentes; (ii) efetuar investimentos estratégicos para a Companhia; (iii) exercer o direito de preferência na subscrição de futuros aumentos do capital social das empresas em que a Companhia participe; (iv) realizar aumentos no capital social da Companhia; e (v) pagar os dividendos intermediários.

NOTA 10 – PARTES RELACIONADAS

- a) As operações realizadas entre partes relacionadas, são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642, de 07/10/2010, da CVM. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. Entre essas operações destacam-se:

	Taxa Anual	Ativos		Receitas/(Despesas)	
		30/09/2013	31/12/2012	01/01 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2012
Aplicações no Mercado Aberto - Itaú Unibanco S.A.	100% da SELIC	5.162	5.177	289	359
Despesas de Prestação de Serviços - Itaú Unibanco S.A.		-	-	(84)	(98)

Além das operações acima discriminadas, a INVESTIMENTOS BEMGE, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do Conglomerado Itaú Unibanco, registrou em Despesas Gerais e Administrativas R\$ (2) (R\$ (1) de 01/01 a 30/09/2012) em função da utilização da estrutura comum.

- b) **Remuneração do Pessoal Chave da Administração** – Os honorários atribuídos aos Administradores da INVESTIMENTOS BEMGE são pagos pelo controlador Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTA 11 – VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	30/09/2013	31/12/2012	Níveis de Risco
	Valor Contábil / Valor Justo Estimado	Valor Contábil / Valor Justo Estimado	
Ativos Financeiros			
Mantidos para Negociação	143.397	135.525	Nível 2

Notas Explicativas

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- a) **Caixa e Equivalentes de Caixa, Aplicações no Mercado Aberto e Outros Ativos Financeiros** - O valor contábil apresentado para esses instrumentos no Balanço Patrimonial se aproxima de seu valor justo.
- b) **Ativos Financeiros Mantidos para Negociação** – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado e validados comparando-se com as informações fornecidas pela ANBIMA. Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima.

A entidade deve classificar as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação continuamente.

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

Nível 3: As informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

NOTA 12 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital e na liquidez.

A gestão de risco é considerada como instrumento essencial para a otimização do uso de recursos e a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno.

O gerenciamento de risco é o processo onde:

- São identificados e medidos os riscos existentes e potenciais das operações;
- São aprovados políticas, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos;
- A carteira de risco é administrada vis-à-vis as melhores relações risco-retorno.

Este processo permeia toda a instituição, com total envolvimento da alta administração, que por meio de comissões, define os objetivos globais que são mensurados sob a forma de metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle, por sua vez, apóiam a administração através dos processos de monitoramento e análise de risco.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as recomendações do Comitê da Basileia. A estrutura de controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez, Operacional e de Subscrição é centralizada no Itaú Unibanco visando a assegurar que os riscos do conglomerado estão sendo administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições do conglomerado aos riscos, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

Notas Explicativas

Cumpra a essa estrutura acompanhar as demandas regulatórias feitas à instituição líder do conglomerado. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site de www.itau-unibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa/ Gerenciamento de Riscos – Circular 3.477.

I - Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição planeja, monitora e controla os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados.

O controle de risco de mercado realizado abrange todos os instrumentos financeiros constantes nas carteiras das empresas. Neste sentido, a política de gerenciamento de Risco de Mercado encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007 do Conselho Monetário Nacional (CMN), constituindo-se um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as unidades de negócio e veículos legais do conglomerado.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco por meio das unidades de controle estabelecidas nos veículos legais. Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento das comissões superiores e atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado.

O processo de gerenciamento de risco começa com a determinação dos limites, que são aprovados pela Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI). Os limites de risco de mercado estão estruturados de acordo com as diretrizes dadas pela Comissão Superior de Riscos (CSRisc), avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio e o perfil de risco de cada veículo, sendo definidos em termos das medidas de risco utilizadas na gestão.

Além do reporte do consumo dos limites estabelecidos, também são reportados a estas comissões as demais medidas de controle de risco de mercado.

O Itaú Unibanco utiliza limites de riscos caracterizados como limites superiores ou limites internos. Os limites superiores são definidos pela CSRisc e CSTI e são monitorados pela área de controle de risco de mercado e reportados às comissões superiores. Os limites internos são definidos pelas comissões das unidades de controle e monitorados pelas respectivas áreas de controle de risco locais; entretanto, estão sujeitos ao cumprimento de limites superiores. Ambos os limites são monitorados diariamente.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco Estatístico (VaR - *Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- Alerta de *Stop Loss*: Perdas efetivas somadas ao prejuízo máximo potencial em cenários otimistas e pessimistas;
- Resultado a Realizar (RaR): avaliação da diferença entre valor com os juros apropriados e valor de mercado, em cenário normal e em cenários estressados, refletindo assimetrias contábeis. É a medida de risco utilizada para avaliar gerencialmente o risco da carteira de não-negociação (*banking*).

Adicionalmente às medidas de risco acima, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, inclui-se:

- Análise de Descasamentos (*gaps*): exposição acumulada, por fator de risco, dos fluxos de caixa, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (DV01): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais; e

Notas Explicativas

- Perda Máxima (*Stop Loss*): prejuízo máximo que um portfólio classificado na carteira de negociação pode atingir.

II - Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do CMN, o Itaú Unibanco possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pela política interna de controle de risco de crédito pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Crédito.

A gestão do risco de crédito objetiva maximizar a relação entre o risco e o retorno de seus ativos, mantendo-se a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos de mercado em que esteja atuando. A estratégia é voltada para a criação de valor para seus acionistas em níveis superiores a um valor mínimo de retorno ajustado ao risco de cada negócio.

Para proteger a instituição contra perdas decorrentes de operações de crédito, considera-se todos os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente para definir o nível de provisões adequado ao risco incorrido em cada operação. Observa-se, para cada operação, a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação e a eventual existência de valores em atraso.

III- Risco Operacional

O risco operacional consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Exclui-se desta definição o risco estratégico e o de reputação.

A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento, apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.380 de 29 de junho de 2006 do CMN, o Itaú Unibanco definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, aprovada pelo seu Conselho de Administração, e aplicável às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionadas ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura. Uma versão resumida da política pode ser acessada no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público – Risco Operacional.

IV- Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas de maneira a evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar.

Notas Explicativas

O Itaú Unibanco possui estrutura dedicada ao monitoramento, controle e análise do risco de liquidez, utilizando-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda nacional ou estrangeira.

Além disso, a instituição estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas, bem como a estratégia e os planos de contingência para situações de crise. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e acionistas
Investimentos Bemge S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Investimentos Bemge S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nesta data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Investimentos Bemge S.A., cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de novembro de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Renato Barbosa do Nascimento
Contador CRC 1SP196918/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Não se aplica.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Não se aplica.